

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 111ª Reunião Ordinária da CT-RN – 01/03/2023 - 9h30

Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
AEAAV	Renato Cesar Lopes Gomes (T)
Associação Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
Consórcio Piraí	Francisco Antonio Moschini (T)
DAAE - Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
Diretoria de Ensino de Bragança	Vanessa Toledo Sette (T)
Elo Ambiental	Rosângela Aparecida Martins Nogueira Grigolletto (T)
EMBRAPA	Sandra Furlan Nogueira (S)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	José Fernando Calistron Valle (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
IPÊ	Simone Fraga Tenório Pereira Linares (T) Alexandre Uezu (S)
IPT	Mariana Hortelani Cameseca Longo (T) Luiz Roberto Magossi (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
P.M. de Campinas	Juliano Braga (T)
P.M. de Charqueada	Paola Mandetta Tokumoto (T)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (T)
P.M. de Itupeva	Bruno Luiz Gambarotto (S)
P.M. de Jarinu	Eduardo Vianna Rocha Júnior (T)
P.M. de Jundiaí	Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires (T)
P.M. de Limeira	Raquel Schmidt (T)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
SAAE Indaiatuba	Ildo de Sousa Dias (T)
SANEBAVI	Núbia Feliciano Pereira Wauliano (T) Mara Letelien Leite Reis (S) Mateus Lucas (S)
SIMA/CFB	Júlia Carolina Fatuch (S) Natalia Gomes Fernandes (S)
TNC	Vinicius Gaburro De Zorzi (S)
UNICAMP	André Luís Sotero S Martim (T)

Membros ausentes com justificativa	
Entidades	

Cooperativas Holambra
DAE Santa Bárbara d'Oeste
Jaguatibaia
P.M. de Holambra
P.M. de Salto
P.M. de São Pedro
PUC Campinas

Membros ausentes	
Entidades	
AJUDE	
APTA Polo Sul	
ASSEMAE	
Associação Renovar	
CISBRA	
DAEE	
Instituto Agir Ambiental	
IP/APTA	
Mackenzie - Campinas	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Cordeirópolis	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Louveira	
P.M. de Piracaia	
P.M. de Rio Claro	
P.M. de Saltinho	
P.M. de Torrinha	
P.M. de Várzea Paulista	
P.M. de Vinhedo	
Renove	
SAA	
SABESP	
SANASA	
SEMAE	
UNICAMP/IB	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Allan Campos do Carmo
	Felipe Ferreira
	Tiago Georgette
Consórcio PCJ	Eduardo Oliveira
Fundação Florestal	João Henrique dos Santos
IPÊ	Andreia Bartazine
	Gustavo Brich
P.M. de Itupeva	Cleiton Gomes
P.M. de Jarinu	Ana Lopes

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 111ª Reunião Ordinária da CT-RN – 01/03/2023 - 9h30

Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

SANEBAVI	Ana Carolina Santana
SANASA	Ana Lucia Vieira
	Luiz Claudio
	Mateus Paulo

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Ao primeiro dia de março de 2023, realizou-se no IPÊ Instituto de Pesquisas Ecológicas, no município de Nazaré Paulista/SP, a 111ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Proteção e Conservação de Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 17 de fevereiro de 2023. **2. Abertura da 111ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Proteção e Conservação de Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ.** A abertura da reunião foi realizada pelo Srs. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA) e coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), e Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) e coordenador-adjunto da CT-RN, onde agradeceram a presença de todos e informaram da existência de quórum em primeira chamada para o início da reunião. Na sequência, o Sr. Demarchi convidou a Sra. Simone Fraga Tenório Pereira Linares, representante do IPÊ Instituto de Pesquisas Ecológicas e anfitriã da reunião, que agradeceu a presença de todos e apresentou ações e iniciativas da instituição com destaque aos projetos implementados na região do entorno do Sistema Cantareira. Na sequência, o Sr. Demarchi apresentou solicitação de inclusão e alteração na pauta, que após discussão e aprovação, ficou da seguinte forma: 1. Abertura; 2. Aprovação da minuta da ata 110ª Reunião Ordinária; 3. Aprovação de entrada de 2 novos membros; 4. Workshop: “O papel dos Comitês de Bacias no enfrentamento das Mudanças Climáticas e no aumento da resiliência a estas mudanças? O que fazer?”; 5. Informes; 6. Projeto Cantareira PCJ – expectativas e ações previstas (Plano de Trabalho); 7. Palavra Aberta; 8. Encerramento. **3. Aprovação da minuta da Ata da 110ª Reunião Ordinária:** Quanto à

aprovação da ata, o Sr. Demarchi informou que a minuta da ata da 110ª Reunião Ordinária, realizada em 02/12/22, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental e questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Na sequência, colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Aprovação de entrada de 2 novos membros:** Na sequência, o Sr. Demarchi passou a palavra para o Sr. Tiago Georgette que informou que a Secretaria-executiva dos Comitês PCJ recebeu duas solicitações de entrada de novos membros: **i. P.M. de Analândia/SP**, com ofício recebido em 11/02/2023 solicitando ingresso na CT-RN como membro e indicando o Sr. Rafael Dimitrius Carneiro como representante titular e o Sr. Claudio Alex Gonçalves Carvalho como representante suplente; **ii. P.M. de Santa Maria da Serra/SP**, com ofício recebido em 02/12/2022 solicitando ingresso na CT-RN como membro e indicando a Sra. Alisangela Spigolon como representante titular e a Sra. Erica Aparecida Carmezini como representante suplente. Informou que no mês de julho dos anos ímpares, todas as entidades podem ingressar nas CTs e que após esse período, o acesso se dá por meio da aprovação dos demais membros da CT. Assim, o Sr. Demarchi colocou em apreciação, sendo aprovado por todos o ingresso das entidades PM de Analândia/SP e PM de Santa Maria da Serra/SP como membros da CT-RN; **5. Workshop: “O papel dos Comitês de Bacias no enfrentamento das Mudanças Climáticas e no aumento da resiliência a estas mudanças? O que fazer?”:** O Sr. Demarchi convidou a Sra. Simone Fraga Tenório P. Linares para conduzir o workshop. A Sra. Simone apresentou o histórico da entidade, a partir de ações de proteção da espécie mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*) na região do Rio Paranapanema, até a atualidade e informou que o IPÊ tem como missão “desenvolver e disseminar modelos inovadores de conservação da biodiversidade que promovam benefícios socioeconômicos por meio de ciência, educação e negócios sustentáveis”. Na sequência, apresentou as ações de formação, com cursos de curta duração e os de nível de pós-graduação por meio da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS). Informou que os projetos do IPÊ são financiados por meio de várias iniciativas e parcerias nacionais e internacionais. Apresentou o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 111ª Reunião Ordinária da CT-RN – 01/03/2023 - 9h30

Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

projeto “Semeando Água” apresentado na região do Sistema Cantareira de importância estratégica para as Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP), Campinas (RMC) e Piracicaba (RMP). Apresentou aos membros o Atlas do Sistema Cantareira, disponível neste [link](#). Informou que a região do Sistema Cantareira apresenta propriedades com déficit de presença de vegetação nativa, com muitas propriedades com baixo rendimento econômico gerando a desistência da atividade produtiva e consequente revenda da terra, muitas vezes para especulação imobiliária. Assim, várias ações são realizadas com vistas à geração de renda para o produtor para que possibilite a recuperação das áreas degradadas. Mais informações sobre o IPÊ podem ser acessadas por meio do [link](https://www.ipe.org.br/) <<https://www.ipe.org.br/>>. Complementando, o Sr. José Fernando Calistron Valle, representante da Fundação Florestal, apresentou mais informações sobre a Área de Proteção Ambiental Sistema Cantareira (APA Cantareira), criado pelo Decreto SP nº 65.244/2020 e que abrange 7 (sete) municípios paulistas - Atibaia, Bragança Paulista, Joanópolis, Mairiporã, Nazaré Paulista, Piracicaba e Vargem - e que tem como principais fontes econômicas a agricultura e turismo receptivo de esportes, rural, de contemplação e de cunho religioso na rota até o município de Aparecida/SP. Apresentou a proposta de revisão do Plano de Manejo da APA a ser elaborado até 2025. Mais informações podem ser acessadas por meio deste [link](#). Com base no cenário apresentado, a Sra. Simone lançou o desafio para o grupo refletir sobre a seguinte questão: “Qual o papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas no enfrentamento das mudanças climáticas e no aumento da resiliência a essas mudanças?”. Destacou que as mudanças climáticas têm gerado situações de escassez e excesso muito recorrente que impactam tanto o setor produtivo, como a vida cotidiana dos cidadãos. Cada representante foi convidado a fazer sua avaliação, registrá-la em papel e compartilhar os principais desafios e proposta de soluções, para disponibilizar à coordenação e compartilhamento no grupo. Assim, os membros apresentaram como desafios e propostas que foram divididos nos seguintes temas: **i.** Integração de projetos, órgãos e instituições: compatibilizar as ações realizadas no território, integrar projetos; sistema de comunicação que integre as ações que ocorrem no território abarcando

municípios, órgãos estaduais, sociedade civil e universidades; trabalho conjunto com órgãos que já tenham atuação junto aos produtores rurais (CATI, Associação de produtores e Conselho Rural); ações cada vez mais conjuntas; treinamento de município por outros municípios/institutos, articular ações para melhorar os resultados; aproveitar o nome dos comitês para dialogar com a sociedade e acionar os órgãos públicos, sociedade civil, setor produtivo, etc.; integração entre planos e programas do CBH-PCJ com planos e programas municipais e estaduais como: a) Plano de manejo de unidade de conservação; b) planos diretores e de uso e ocupação do solo em municípios; Papel do CBH: mobilização de atores públicos e privados; articular com os diversos atores as questões interdisciplinares para mitigar questões das mudanças climáticas; **ii.** Ocupação desordenada / Especulação imobiliária: alternativas para prefeituras: planejamento território, evitar conversão de áreas rurais em urbanas (ITR x IPTU); alternativas à especulação imobiliária com a “arrecadação” do município; como a fiscalização pode atuar; realizar ações mais macro, planejamento (GFI) e inteligência: fiscalização de grandes áreas; áreas pequenas e não “relevantes” sendo autuadas; atuação mais próxima ao Ministério Público - MP; alteração nos procedimentos de reparação ao dano como Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA; recursos de multas em Unidades de Conservação - UCs: fundo para AFRF; especulação imobiliária: uso de aplicativos como área de infraestrutura verde nos novos loteamentos; fiscalização a ações conjuntas dos órgãos responsáveis (Ministério Público, Cetesb, Poder Público Municipal); restabelecer a competência da União sobre a terra; trabalho conjunto com órgãos que já tenham atuação junto aos produtores rurais (CATI, Associação de produtores, Conselho Rural); Plano diretor dos municípios; Comitês de bacias: atuar na capacitação dos municípios - Lei de Uso e Ocupação e Plano diretor; **iii.** Restauração florestal, atividades sustentáveis e ações de conservação: fomento à atividades sustentáveis aliadas a ações de conservação florestal, de conservação de uso do solo e de transição de práticas agrícolas para agroflorestais; financiamento de projetos de valorização de mão de obra local, de capacitação e formação de mão de obra especializadas; apoiar a gestão das unidades de conservação no território, valorando e apoiando projetos de conservação

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 111ª Reunião Ordinária da CT-RN – 01/03/2023 - 9h30

Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

ambiental; pontos importantes para sustentabilidade da propriedade além da questão econômica da produção: segurança no campo, mão de obra, necessidade de fortalecimento dos jovens rurais; parcerias com empresas para execução das restaurações, porém é essencial que estes sejam efetuados em conjunto com apoio dos produtores rurais, através de orientação técnica e extensão rural; dificuldade em efetuar os cercamentos das áreas a serem restauradas, conservação do solo, adequação produtiva e implantação de estruturas de saneamento; falta de estrutura das prefeituras, sobretudo municípios pequenos; fortalecimento do rural: agregar valor de produção, pagamentos por serviços ambientais (PSA), assistência técnica para planejamento na propriedade, turismo rural; fomento a discussão do tema das mudanças climáticas nos Planos Diretores; sobre a necessidade de que as ações de restauração, saneamento e manejo e conservação do solo ocorram simultaneamente a condução e avaliação de PSA's; **iv.** Demais desafios e propostas: divulgação de resultados como em *workshop* dos diferentes projetos e ações realizados; *workshop* de casos de sucessos em locais ambientalmente frágeis; selecionar as prioridades a partir do Plano de Bacias e reunir massa crítica em torno do tema; sensibilizar a sociedade civil, indústria e governo da importância do seu papel no enfrentamento das mudanças climáticas; rever a matriz energética na busca de opções mais sustentáveis; fomento a discussão do tema das mudanças climáticas nos planos diretores; criar programas complementares; inclusão de um Plano Integrado de Manejo do Fogo no Âmbito dos Planos Integrados da Propriedade (PIP). Os Srs. Demarchi e Simone agradeceram as contribuições dos presentes e informaram que os assuntos pontuados possibilitarão discussão de melhorias para esses desafios. **6. Informes:** O Sr. Demarchi propôs que, devido ao avançar da hora e as discussões tratadas no Workshop, postergar as apresentações dos Informes para a próxima reunião, que foi aprovada por todos os membros presentes. **7. Projeto Cantareira PCJ – expectativas e ações previstas (Plano de Trabalho):** Por conta do avançado do horário da reunião, o Sr. Demarchi propôs de postergar esse item de pauta, sendo aprovado por todos os membros presentes; **8. Palavra aberta:** o Sr. Demarchi abriu espaço para Palavra Aberta e não havendo solicitação,

deu prosseguimento. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-RN, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, destacando que a próxima reunião acontecerá por videoconferência.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-RN